

SOCIOECONOMIA TERRITORIAL DA COMUNIDADE SURDA NO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ - BRASIL

TERRITORIAL SOCIOECONOMIC OF THE DEAF COMMUNITY IN THE COAST OF PARANÁ - BRAZIL

Dinair Iolanda da Silva Natal^{1*}
Ednilson Assenção Luiz²

¹Professora, Mestranda Desenvolvimento Territorial Sustentável, UFPR Litoral, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. dinair.natal@unespar.edu.br

²Professor, Mestrando em Educação, Universidade Tuiuti, Paraná, Brasil. ednilson.assencao@unespar.edu.br

RESUMO: Este artigo busca compreender aspectos que envolvem a comunidade surda a partir do conceito de socioeconomia, perpassando pela compreensão de desenvolvimento territorial sustentável a partir de artigos cujos fundamentos dialogam entre si. Parte-se da ideia de que a comunidade surda local, busca incessantemente ser absorvidas enquanto parte de um mesmo território, de uma mesma economia, bem como enquanto atores do processo. Busca refletir, a partir dos fundamentos do desenvolvimento territorial, aspectos que envolvem os trabalhadores surdos do Litoral do Paraná em que são evidenciadas as relações dos arranjos produtivos e socioeconômicas, no meio profissional e no contexto da empregabilidade o qual é, ao mesmo tempo desigual e competitivo, na relação surdo ouvinte. Explicita-se que mesmo tendo formação escolar a níveis mais elevados isso não é considerado quando a concorrência ocorre entre surdos e ouvintes, nesse contexto é que se evidenciam limitações relacionadas à articulação da comunidade surda com a questão socioeconômica, contudo, em meio a esse processo é notável manejos de resistência dessa comunidade o que infere, também, nas relações sociais e, com isso consolidando o desenvolvimento da comunidade surda local.

Palavras chaves: Comunidade surda, socioeconomia, desenvolvimento territorial sustentável.

ABSTRACT: This article seeks to understand aspects that involve the deaf community from the concept of socioeconomic, passing through the understanding of sustainable territorial development from journals whose foundations dialogue with each other. The idea is that local deaf communities are constantly seeking to be absorbed as part of the same territory, the same economy, and as actors in the process. It seeks to reflect, from the foundations of territorial development, aspects that involve deaf workers from the Paraná Coast where the relations of productive and socioeconomic arrangements are evidenced, in the professional environment and in the context of employability, which is at the same time unequal and competitive, in the relationship between deaf and hearing. It is explained that even having higher education levels this is not considered when the competition occurs between deaf and hearing, in this context it is evident limitations related to the articulation of the deaf

community with the socioeconomic issue, however, in the midst of this process. Resistance management of this community is remarkable, which also influences social relations and, thus, consolidating the social development of the local deaf community.

Keywords: Deaf community, socioeconomic, sustainable territorial, development.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho busca-se, a partir do conceito de desenvolvimento territorial sustentável apresentar algumas reflexões acerca do socioeconomia da comunidade surda entendendo que os membros dessa comunidade constitui-se atores em seu território.

Para tanto, propõe-se uma análise em artigos cujos pressupostos convergem entre si e possibilitam uma visão mais ampliada dos processos de desenvolvimento territorial em que estão imersos os sujeitos surdos, mais especificamente, sob os aspectos laborais e econômicos.

Parte-se da compreensão de que a socioeconomia se constitui em espaços nos quais os atores surdos locais agem e interagem em meio a dinâmica de desafios que se apresentam à atividade econômica, desafios esses que não raro, culminam em processos de adaptação aos novos sistemas como forma de fortalecimento para os processos de lutas e resistências instaurado no interior desse território.

A luta por espaços e territórios configura-se como espaço de consolidação de identidade, contudo, em meio às disputas e os processos desiguais de competitividade no campo laboral as questões da empregabilidade nem sempre estão consolidadas para o sujeito surdo e, com isso as relações econômicas também são impactadas.

A realidade contextual explicita um território de disputas em que a condição de deficiência vai determinar as posições a ser ou não ocupadas no espaço profissional. A pessoa surda mesmo em condições de escolarização elevada encontra-se numa sociedade em que a visão homogênea e padronizadora desconsidera qualquer forma de diferença sob o argumento do menor “lucro”, o que leva a supor que sua empregabilidade pode ser apenas uma forma de inclusão social deliberada por artifícios legais em detrimento às capacidades individuais.

De fato, muitas empresas não contratam pessoas com deficiência porque não são engajadas com as políticas de inclusão social ou porque essas pessoas são capacitadas, mas, sobretudo, porque há uma lei que determina a contratação, ou seja, em princípio o fazem por obrigações e não porque, realmente querem realizar a inclusão.

A lei de cota, nº 8.213, promulgada em 24 de julho de 1991, foi um dos principais aportes políticos para a inclusão social de qualquer pessoa com deficiência, inclusive o surdo, no mercado de trabalho. Antes da lei de cotas, as empresas costumavam excluir candidatos deficientes, fazendo com que assim ficassem totalmente, à margem da sociedade.

Nesse contexto, se por um lado a lei de cotas impulsiona a contratação de pessoas com deficiência, por outro lado, desencadeia processos de frustração, quando a pessoa surda, ao ingressar na empresa, tem a sensação de vitória inicial e vê-se frustrada, pois, não raro entram numa determinada função e ali permanecem por longo tempo, ocasionando um outro fator que é a evasão da pessoa surda do mercado laboral.

Nesse sentido, a elaboração deste texto está permeada pelo seguinte questionamento: A responsabilidade pelo desenvolvimento socioeconômico de sujeitos surdos são da competência das políticas públicas? A comunidade surda tem um território sustentável constituído pelos seus membros?

REVISÃO DE LITERATURA

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A reflexão acerca do desenvolvimento territorial aqui ensejada pauta-se no princípio de que o desenvolvimento territorial não se consolida sem a participação de atores locais, os quais, ancorados na

lógica da autonomia sejam capazes de gerar sinergias positivas para o espaço em que atuam, de forma articulada às políticas públicas implantadas pelos Estados.

Destaca-se que a ideia de desenvolvimento territorial não é recente e explicita vies desde os mais focados na economia àqueles mais amplos e contextualizados. No Brasil, esse debate avança bastante ao longo dos anos 1990, a ponto de as políticas públicas começarem a ser geradas considerando-se esse arcabouço teórico, especialmente, as políticas advindas do governo PT à frente do país.

Numa visão para além da econômica e que resguarda a necessidade de articulações locais o conceito de desenvolvimento territorial carrega em si o conceito de *milieu* ou “meio” Maillat, (1995), que pode ser identificado quando a interação entre os agentes econômicos gera externalidades positivas e impulsionam processo de aprendizagem que “impregna” o território.

A aprendizagem gerada nesse meio é tácita, acessível e envolve sujeitos com proximidade espacial, cultural e normativa Maskell e Malmberg, (1999), podendo ser envolvido recurso, material e imaterial como, no caso a língua de sinais, própria da comunidade surda, pela qual é possível denominar esse meio a partir de uma cultura sedimentada de saber e de “saber como fazer”, envolvendo atores locais que concorrem mas cooperam entre si.

Trata-se de arranjos definidos como oportunidades de socialização que se desvela pelo desenvolvimento produtivo territorial enquanto mediador do desenvolvimento social.

O território vai sendo construído numa trama de relações que pautam em melhorias em que os atores sociais se engajam, articuladamente e consolidam um processo de construção social. Para Denardin (2010) e Pecqueur (2005), um espaço onde se relacionam se geram alianças e pertencimento, esse espaço territorial pode ser uma comunidade ou um município.

A organização territorial dos atores locais tende a promover canais de reconfiguração socioeconômica, configurando elementos geradores de renda que movimentam a economia, uma configuração produtiva em espaços coletivos, solidários, e sustentável em que temas integradores são focados na geração de trabalho, nesse sentido, cabe o alerta de Albuquerque e Zanata os quais indicam que;

Entre os temas que as administrações locais precisam incorporar estão: a visão comum de desenvolvimento territorial articulada com diferentes atores locais; o ordenamento territorial e o planejamento urbano; a defesa e promoção do patrimônio histórico e cultural; e a valorização do meio ambiente como um ativo desenvolvimento. (ALBUQUERQUE e ZAPATA, 2010, p. 223)

Nota-se, com base nos autores, que o desenvolvimento territorial local resulta da articulação de esforços coletivos, para Albuquerque e Zapata (2010), todo planejamento para um desenvolvimento local deve ser participativo, os atores locais são os responsáveis pelas decisões. Contudo, ressaltam os autores, que isso não quer dizer ausência de gestão, pois a gestão deve ficar a cargo de equipes técnicas, que motivam e mobilizam a participação, consolidando alianças, parcerias e cooperação entre todos os atores territoriais.

Os autores que discutem sobre o desenvolvimento territorial, numa visão para além da economicista, concordam que esse desenvolvimento resulta de um longo processo histórico de ações e interações, ou seja, desenvolvimento territorial local não é algo que se instaura da noite para o dia e tampouco de cima para baixo e, em acordo com Pecqueur (2005, p.12), o desenvolvimento local tem peculiaridades e, “sua característica principal é a instalação de um processo inscrito na história longa, de construção pelos atores, e não, apenas, uma forma de otimizar dotações em fatores supostamente pré-existentes”. Além disso, destaca o autor que tal desenvolvimento deve levar em consideração o processo inscrito na história, o qual possibilita uma diversidade de saberes locais, meios de vida, contextos e diagnósticos.

Neste sentido, Villela (2013), destaca que o ambiente influencia e molda um território o que permite compreender que o desenvolvimento local se configura pela concentração de recursos dos atores, pelo modo como sobrevivem, se sustentam para viver no tempo e no espaço.

Do ponto de vista da articulação dos atores sociais com as políticas de governo, cumpre destacar que existem várias formas de fazer economia, do ponto de vista histórico, sendo uma forma mais recente, aquela em que o município arrecada recursos e distribui a empreendimentos que captam recursos, se ampliam a adquirem condições de apoiar os atores, pois, conforme, considera Thomas (2002), “a qualidade do processo de crescimento, não apenas seu andamento, afeta os resultados do desenvolvimento” (THOMAS, 2002, p. 26).

As formas pelas quais os atores se sustentam ou sobrevivem em sociedade, mais, a saúde e a expectativa de vida delinham os recursos de investimento na educação e movimentos do comércio local, construídos com os atores, um complementando o outro, o que levou Pivoto (2016 et al. Schumpete 1982) a afirmarem que;

[...] o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, [...]. (SHUMPETER, 1982, p. 74)

No entendimento do autor essas mudanças estabelecem relações de produção e não de consumo, pois, na visão de Furtado (2004), é subseqüente a imposição dos critérios mercantis.

Nesse contexto relacional cria-se novos espaços e cultivam-se as relações entre os atores, o meio sociocultural e profissional em que estão inseridos. A estratégia de desenvolvimento local/territorial baseada na economia é um discurso predominante e que necessita de revisão, uma vez que, nessa visão a economia não aparece onde atores sociais estão produzindo.

Nessa concepção, não há um investimento nos recursos para fortalecer estes territórios o que remete à necessidade de que as associações, fomentos locais e capacitações para mudar a concepção destes atores sejam colocadas em pauta, e, segundo Tonneau (2006);

A concepção de estilos de vida mais frugais, solidários e ecologicamente responsáveis, deveria nortear a nova dinâmica de formação de novos sistemas produtivos e novos hábitos de consumo. Além da criação de novas instituições de planejamento e gestão participativa, seria indispensável pensar numa articulação sistêmica das diversas escalas territoriais de exercício do poder - do nível local ao nível global. (VIEIRA, *et al.* TONNEAU 2006, p.314)

As atitudes proativas do governo local, o papel do Estado, da comunidade através de iniciativas de desenvolvimento local, como uma forma de relacionar-se com os atores locais, é uma condição de extrema importância, pois são esses atores que detém o conhecimento do que é bom para o local.

É a comunidade local, através do saber fazer e de conhecimentos que se busca a operacionalização do que pode encaixar nas alianças para que o crescimento econômico empregado no território melhore a qualidade social da comunidade, portanto, o desenvolvimento territorial deve articular ganhos econômicos e social como uma proposta de superação. Para Tonneu;

Seria desnecessário insistir no reconhecimento de que os esforços voltados para a superação dessas contradições são necessariamente incertos, dependendo sempre da correlação de forças políticas existente em cenário territorial. (TONNEAU, 2006, p.317).

No contexto em que há ganhos econômicos em detrimento do social Tonneau (2006) e Vieira (2006), reforçam que o fortalecimento de um capital social orienta os esforços de idealização para um desenvolvimento territorial sustentável, mesmo predominando as insuficiências das políticas macroeconômicas, que causa um empecilho nos níveis locais e territorial, a formação de redes de cooperação solidária que envolve as comunidades locais e, conseqüentemente, seus atores que investem no desraizamento da pobreza e promovem a inclusão social torna-se necessária, contudo, para que possa haver adequações no cenário local Vieira destaca que;

A inovação desempenha aqui um papel fundamental. Além disso, valorizando a adoção de um novo padrão de funcionamento centrado no nível local-comunitário, o enfoque territorial se distancia dos processos hierárquicos e piramidais que se tornam cada vez menos adaptados às condições atuais da abertura global das economias e das culturas. (VIEIRA, 2013, p. 127)

A partir de um cenário desafiador, em que os atores convivem, Sen (2000), esclarece que no modelo, cujas políticas de desenvolvimento contribuirão para a configuração de espaços de manobras e subsídios preliminares e de empoderamento, como pilar para os diálogos entre os atores, o processo de desenvolvimento é crucialmente influenciado.

Outros modelos, conforme Sen (2000), podem ser apontados e fazem a diferença a ponto de tornar o desenvolvimento um processo integrado.

Esse modelo segundo Saquet (2008), não são praticados a partir de uma concepção abstrata, mas, numa perspectiva prática pela qual, a partir de discussão, se desenvolva projetos que apresentem o desenvolvimento dos territórios.

Nessa concepção, Saquet (2008), analisa que o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma grande gama de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo, destituindo-se de uma visão deturpada de desenvolvimento territorial ancorado no fator econômico a qual deixa de lado o social e o ambiental, conforme assinalou Sachs (2009).

Em contraponto a uma visão de desenvolvimento territorial restrita, o autor fundamenta um conceito de desenvolvimento territorial pautado em três (3) pilares; eficiência econômica; justiça social; prudência ecológica, aonde a vida dos atores teria grandes peculiaridades para o eco-desenvolvimento, esse conceito pode ser articulado às demandas sociais e econômicas da comunidade surda.

TERRITÓRIO DADO OU TERRITÓRIO CONSTRUIDO: A PERSPECTIVA DOS ATORES SURDOS

Engendrar uma discussão acerca de práticas desenvolvidas com atores surdos no município de Paranaguá e no Litoral do Paraná pelo viés do desenvolvimento territorial implica no desvelamento de dilemas que circundam a temática socioeconômica territorial de membros da comunidade surda, mais específico, às questões envolvendo o aspecto profissional.

Inicialmente, cumpre destacar que a conquista de espaços e territórios pelos sujeitos surdos não estão dada de forma natural, senão por um complexo e amplo contexto de lutas e resistência com a importante ação dos movimentos surdos.

A comunidade surda vê nos movimentos surdos uma possibilidade de caminhada política de resistência às práticas padronizadas, até então hegemônicas, nos diferentes espaços educacionais, sociais e culturais e, também, nos laborais. Na visão de Perlin (1998), é no movimento surdos que a comunidade surda afirma a busca do direito de ser diferente nas questões sociais, políticas e econômicas que envolvem o mundo do trabalho. Trata-se de uma relação de confiança, de “desenvolvimento com liberdade” (SEN, 2000, p.178).

No entanto, na história de liberdade dos movimentos constata-se que nem todos os surdos podiam participar de associações e movimentos, apenas os alfabetizados, como se constata em (MOTTEZ, 1992, p.10), quando explicita que “os surdosmudos que nunca estiveram na escola não deveriam jamais colocar seus pés. Naquele tempo esses formavam três quartos da população surda”, evidenciando que apenas surdos pertencente a uma elite que eram, uma minoria, eram partícipes dos movimentos do século XIX na França.

Na mesma linha Widell (1992) destaca que são encontrados dados históricos de associações de surdos na Dinamarca, no período entre 1866 a 1893, com objetivos diversos inclusive com as questões de trabalho. A autora destaca que em seu país a primeira associação foi formada do encontro artesões e que, naquele contexto;

A maioria da comunidade surda consistia de trabalhadores especializados, e era característico do período que o objetivo da associação surda fosse semelhante ao objetivo das associações de trabalhadores. (...) Além disso, pretendiam encontrar emprego para trabalhadores especializados que estivessem desempregados (WIDELL, 1992, p.21).

Embora, naquele contexto evidenciasse preocupações com trabalhadores especializados, os registros da autora demonstram que a situação dos surdos da época era bastante difícil: grande parte desses constituíam-se de mão de obra com baixa escolaridade facilitando a exploração por parte dos donos das indústrias.

Esse contexto dos movimentos surdos e a luta pela conquista de direitos permite uma analogia com os fundamentos do “desenvolvimento territorial e globalização” (PECQUEUR, 2005, p. 15), para o qual considera que há uma crise no caminho da conquista pelos “espaço territorial” (SANTOS, 1982, p.53), por isso a análise não pode prescindir do olhar histórico e contemporâneo de novas teorias em que se propõe considerar os atores na perspectiva do saber fazer, ou seja, uma “perspectiva histórica” (VILELLA, 2013, p.59).

Essa visão contemporânea permite que se amplie o olhar para os sujeitos surdos numa dimensão em que a pauta não seja quem pode mais ou menos, mas sim o “saber fazer” (SAQUET, 2008, p.53) relacionado à ideia de comunidade e o local.

Salienta-se que a garantia dos direitos dos surdos, tanto de acesso à sua língua, à educação, à saúde, ao lazer, como também ao trabalho, impulsionou, nas associações de surdos dos diferentes continentes, uma articulação mais sistematizada na sua Federação Mundial de Surdos (WFD) a qual, por sua vez, articula-se aos organismos ligados às Nações Unidas, os líderes surdos procuram, a partir daí, interferir nas políticas e recomendações aos governantes.

Dentre as inferências nas políticas destaca-se as recomendações da UNESCO em 1984, quando do reconhecimento da Língua de Sinais, garantindo o acesso de crianças surdas a ela o mais precocemente possível, além disso, foi significativo a ocorrência, em 1981, do Ano Internacional dos Deficientes, no qual discursos sobre a conquista da cidadania, por parte desse segmento da população deveriam motivar procedimentos concretos dos governos. A partir desses marcos, pode-se constatar que as preocupações com o trabalho, numa perspectiva de independência e autonomia da pessoas com deficiência, adquiriram maior relevância social.

Todo esse processo explicita momentos de lutas e conquistas que vão se consolidando em consonância a uma articulação grupal por territórios e espaços mais justos e sustentável e de inclusão social, frente a um contexto histórico e hegemônico.

Em âmbito nacional, as pesquisas como a de Perlin (2008) ressaltam que é característico da comunidade surda, como atores que relacionam-se em um território através do uso da língua de sinais, produzir e reproduzem táticas e estratégias, que possam ser compartilhadas por surdos e ouvintes com os mesmos interesses e lutas em busca dos direitos, sobretudo, influenciam entre si pela Libras nos diversos campos sociais como os familiares, amigos, professores, tradutores/ interpretes e outros.

Numa visão socioantropológica, assinala Skliar (2013) o ator surdo é percebido como um deficiente auditivo ou como um indivíduo que apresenta uma diferença linguística e cultural. Em Strobel (2007) o surdo é um ator que faz uso da Língua de Sinais Brasileira, ferramenta que viabiliza a comunicação de sua comunidade. Em Perlin (2013) e Quadros (2004) constata-se que a comunidade surda é composta por atores que têm relações sociáveis que possuem cultura e identidade própria, portanto, capazes de construir seu espaço territorial.

No contexto de desenvolvimento social da comunidade surda tem destaque o Decreto 5626/2005 que regulamenta a língua de sinais, após esse decreto as políticas passam a impulsionar ações direcionadas à inclusão social e econômica da comunidade.

Em termos das relações laborais é possível constatar que as adversidades encontradas por sujeito surdos no âmbito da disputa por vagas no mercado revelam segundo Vilela (2013), ...que as relações sociais e de desenvolvimento econômico ocorrem dentro de um determinado espaço Vilela (2013), Pivato e Schupeter (2013), Tonneau (2006) e Menezes (2016).

Em consonância aos autores da área da surdez verifica-se que há, nesse espaço territorial, vantagens e desvantagens, pois ao mesmo tempo que se tem as políticas impulsionando o desenvolvimento tem-se os contextos comunitários locais em que as disputas se acirram, pois, uma vez que as desvantagens com o atraso educacional, analisado por Perlin (2008), resulta no ingresso tardio nas frentes de trabalho e, culminam em práticas de resistência em que o ator surdo passe a relacionar-se com atores ouvintes numa perspectiva de desenvolvimento econômico e sustentável.

Em decorrência da desvantagem educacional, por parte da comunidade surda, os obstáculos para alcançar a inclusão social, com condições e qualificação para o trabalho de modo a ser absorvido pelo mercado de trabalho tornam-se gigantes.

Nesse contexto, a construção de território requer transformações de âmbito cultural, social, político e econômico e a constituição de redes de colaboração e de apoio mútuo com a capacidade de atuar em termos de escalas, do local ao global, numa trama de conhecimento organizacional em que nas;

[...] economias em desenvolvimento, podem se concretizar os elementos de um modelo (flexível e adaptável) de desenvolvimento territorial cujas raízes se encontram nas coordenações entre atores pré-capitalistas. Pois, de um lado, a relação de “dádiva/contra - dádiva” já existia antes da troca mercantil e permanece claramente presente [...]. (PECQUEUR, 2005, p. 11)

O processo de flexibilização e adaptação contribui para o desenvolvimento territorial e, se constitui como estratégias para emancipação social. Nesse processo, por meio de relações de sinergias das cooperativas com outras esferas da economia e da sociedade, aonde as políticas públicas tem significativa importância em outras formas de ação como a inclusão social da pessoa com deficiência, desencadeiam práticas coletivas na dinâmica territorial, nos aspectos educacionais, de trabalho e na legislação do mercado e serviços, considerando-se, sempre a;

[...] perspectiva da oferta; ou seja, as condições de produção (redes, troca de informação, cooperação, aprendizagem...) que associadas aos produtores constituem a essência dos sistemas produtivos locais. (PECQUEUR, 2006, p.138).

Na dinâmica relacional laboral de membros da comunidade surda a perspectiva de cooperação é um fato legitimador de cultura e identidade, pois, tal como ocorre na cultura ouvinte em que as dinâmicas sociais vão engendrando espaços de atuação territorial, para o sujeito surdo o pertencimento territorial se dá via linguagem em que a Libras passa a ser o elemento balizador.

Assim, a atuação social dos atores surdos, desde à tenra idade, vai sendo consolidada numa coletividade até mesmo no espaços de atuação laboral em que os sujeitos surdos, quando em número maior numa dada empresa, articulam-se entre si com vistas à compreensão e melhor desenvolvimento da prática laboral.

Trata-se de uma configuração produtiva de base coletiva, solidaria e sustentável podendo ser compreendida como mecanismo integrado, focado a uma rede de relacionamentos e interesses recíprocos que, mesmo coletivo abrange, também, a dimensão do indivíduo transitando entre a dinâmica social e local, atuante seja na economia de mercado ou economia comunitária.

Das práticas sociais vivenciadas com os sujeitos surdos evidenciam maior inserção na economia de mercado, desvelando lógicas pautadas no capitalismo industrial aonde somente uma minoria tem privilégio.

A premissa de que a comunidade surda possa usufruir de formas de vida mais abastadas fica um tanto distante quando os processos de disputas requer, a todo instante, atitudes de resistência, é por esse mecanismo que o surdo persiste em adentrar o mundo do trabalho, uma vez que em seus espaços de enfrentamento, “a crescente hegemonia das grandes empresas na orientação do processo de acumulação traduz-se, no centro, por uma tendência de homogeneização dos padrões de consumo” (FURTADO, 2013, p. 167), fortalecido pela dinâmica globalização a qual, contraditoriamente, convive o “estar” e o “não estar”, culminando num espaço territorial que não está dado naturalmente, mas, construído por frequentes movimentos, lutas e atitudes de resistência, por parte dos atores surdos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O aporte metodológico da pesquisa bibliográfica pela qual buscou respaldo teórico em autores com abordagem sobre o desenvolvimento territorial, sobre socioeconomia, permeando-se por questões laborais e econômicas da comunidade surda. Apesar de teórica, a pesquisa está articulada às análises exploratórias informais realizadas, pelos pesquisadores, ao longo de sua história profissional junto aos sujeitos surdos.

Embora, se transite pelo aporte teórico sobre o desenvolvimento territorial, buscou elucidar, aspectos vivenciados pela pessoa com deficiência, procurando analisar os principais obstáculos enfrentados pela comunidade surda no que se refere a sua pertença no processo de desenvolvimento do território.

Para tanto, apresentou uma perspectiva teórica com o fim de melhor compreensão do conceito de desenvolvimento territorial buscando uma análise a partir de aspectos do desenvolvimento na dimensão do fator laboral e econômico da comunidade surda.

Para Minayo (2008), é através dos pensamentos e da prática na metodologia que inclui os instrumentos de operacionalização, do conhecimento e da criatividade do pesquisador, simultaneamente com a teoria da abordagem.

São as escolhas metodológicas um caminho para o pesquisador obter os objetivos e resultados com embasamento teórico que englobaram os fenômenos da comunidade, adotando a modalidade do estudo de caso que segundo Para Duarte (2011), uma boa forma de inserir o pesquisador é fazendo levantamento e análise das informações.

Segundo Triviños (1987), essa metodologia foi usada para compreensão dos fenômenos sociais, constatação de relatos em suas totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises teóricas ensejadas nesse artigo possibilitou a compreensão que a comunidade surda tem se organizado ao longo da história em busca da construção de seu território. Tal como se constata na teoria de desenvolvimento territorial em que, as práticas cooperativas e solidárias, a articulação às políticas, são a base para a construção de território e desenvolvimento socioeconômico.

No caso da comunidade surda, evidencia-se momentos de lutas, desafios e resistência que culminam em processos ora flexíveis ora adaptativos. Os desafios que se iniciam pelas dificuldade de comunicação na relação surdo-ouvinte, esses perduram ao longo da vida, haja vista o contexto de inclusão social ainda

não consolida os surdos locais, nem sempre são contratados pela capacidade profissional, mas, primeiramente, por uma demanda legal da empresa em atender a lei de cotas.

Uma das principais barreiras que limitam os surdos é a comunicação ou falta dela no ambiente de trabalho, quando no despreparo do empregador não é realizada a contratação de um intérprete onde o surdo está inserido, limitando avisos e informações valiosas, de forma a acarretar frustração neste funcionário diminuindo seu rendimento.

Esse artigo desvela que, para o desenvolvimento socioeconômico dos surdos dependem, primeiramente, das políticas públicas implantadas nos estados e municípios, e segundo da sua inclusão no mercado de trabalho. A dinâmica de dependência das políticas da comunidade surda evidencia condições para construir no território sustentável, social e, economicamente ativo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F.; ZAPATA, T. A. A importância da estratégia de desenvolvimento local/ territorial. In: Dawbor, L.; Pochmann, M. Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

AREND, H. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BRASIL. Decreto n.5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436 de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm acesso em 12/08/2018.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. Disponível em: https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/3114962/mod_resource/content/1/O_Normal_e_o_Patologico.pdf 13/08/2018

DENARDIN, V.F.; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha no litoral paranaense. In: Saquet, M. A.; Santos, R.A. Geografia agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007. Disponível em: <https://pedagogiafadba.files.wordpress.com/2013/03/texto-1-o-que-e-deficincia.pdf> acesso em 12/08/2018.

FURTADO, Celso. Essencial: O mito do desenvolvimento. São Paulo Penguin/ Companhia das Letras, 2013.

_____, Celso. Os desafios da nova geração. Revista de Economia Política, Vol. 24, nº 4. 2004.

MAILLAT, Denis, “Territorial dynamic, innovative milieus and regional policy”, Entrepreneurship & Regional Development, Vol. 7, Nº. 2, 1995.

MASKELL, P. and Malmberg, A. Localised learning and industrial competitiveness, Cambridge Journal of Economics, 1999.

MENEZES, E. C. de O., VIEIRA, P. H. F. Aglomeração industrial e meio ambiente em debate: o caso do segmento têxtil- vestuária da microrregião do alto do vale do Itajaí- Santa Catarina. Política & Sociedade. N. 6 v.9, 2010.

MOTTEZ, Bernard. Los banquetes de sordomudos y el nacimiento del movimiento sordo. Revista do GELES, Rio de Janeiro, n.6, p. 5-19, 1992.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. Campina Grande: Raizes, v. 24, n.01 e 02, 2005.

_____, B. A Guinada territorial da economia global. Eisforia: Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico – metodológico. Florianópolis: PPGAGR, v.4 n. especial, dez. 2006a.

_____, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. Eisforia: Desenvolvimento territorial sustentável: PPGAGR, V.4 n. especial, dez.2006b.

PERLIN, G. STROBEL, K. Fundamento da educação de surdos, Tese do Curso de Licenciatura em Letras – Libras. UFSC, 2008 Disponível em http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificafundamentosDaEducaoDeSurdos/assets/279/TEXT0_B ASE-Fundamentos_Educ_Surdos.pdf acesso 20/07/2018.

PIVOTO, D. et al Schumpeter e a teoria do desenvolvimento econômico, In. Niederle, P. et al. Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

QUADROS, R. M. de. Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____, R. M. de; KARNOPP, L. B.. Língua de sinais brasileira. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, M.. Sociedade e espaço: Formação espacial como teoria e como método. In. Espaço e Sociedade: Ensaios. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. da., SANTOS, M.: Concepções de Geografia, espaço e território. In. Geo. UERJ. Ano 10, v.2 nº18,2º semestre de 2008.

SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

STROBEL, K. L. História dos surdos: Representações "mascaradas" das identidades surdas. In: QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis (Org.). Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. p. 18-37.

THOMAS, V. et al. A Qualidade do crescimento: São Paulo: Unesp, 2002

TONNEAU, J. P. VIEIRA, P. F. Que diretrizes de pesquisa para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil? Eisforia, ano 4, v. 4, dez. 2006.

UNESCO (1994). Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca, Espanha 1994.

VIEIRA, P. V. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. Interthesis, v. 10, n. 2. 2006.

VILLELA, A. O desenvolvimento econômico em perspectiva histórica. In. Ferreira, P.et al. Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

WIDELL, J.; CARVALHO, J.G. As fases históricas da cultura surda. In. Revista Geles, v. 5, nº6, Rio de Janeiro: Babel Editora, 1992.

Submetido em: 09/2019

Aprovado em: 10/2019